

O MOVIMENTO OPERÁRIO NA REPÚBLICA VELHA

1) A Condição Operária na República Velha

1.1. O trabalho industrial no início do século XX

** Apesar da organização operária na Europa e nos Estados Unidos, o início do século XX é um momento de pouca ou nenhuma intervenção do Estado na regulação dos contratos de trabalho, bem como na proteção ao trabalhador.*

** Assim, a jornada de trabalho nas cidades industriais do Brasil (o que entende-se como sendo o Rio de Janeiro, São Paulo e em alguma medida, Porto Alegre) era de nove horas diárias, de segunda a sábado, e domingo até as 12h.*

** Os salários eram mantidos em níveis bastante baixos, se comparados a produtividade do trabalho. Os direitos trabalhistas não eram assegurados, o que significa dizer que a relação entre operários e patrões era francamente marcada pela assimetria de forças. Na melhor das hipóteses, os operários obtinham vantagens por meios paternalistas.*

** O trabalho infantil e feminino eram explorados ao máximo.*

2) A organização operária

2.1. Principais correntes do movimento operário mundial

** Da década de 1880 até a primeira década do século XX, as principais correntes do movimento operário europeu eram a social-democracia, o socialismo e o anarquismo.*

** Os sindicatos e partidos orientação social-democracia enfatizavam a necessidade de colaboração entre operários e patrões. Trata-se sem dúvida de uma orientação de esquerda, visto que busca a melhoria das condições de vida da classe operária, mas entende que o melhor meio para isto é através da aliança com a burguesia, de modo que juntos, operários e patrões pudessem negociar, em condições justas, o melhor para ambos. Isto significa que as organizações social-democratas enfatizavam a importância da liberdade e da democracia como condição para o progresso da indústria, visto que seria preciso um ambiente político de garantia das liberdades democráticas para que o diálogo entre proprietários e trabalhadores pudesse ocorrer.*

** Já as organizações operárias orientadas pelo socialismo entendiam que o objetivo da militância política do operariado é a construção de um Estado socialista, que garanta uma vasta gama de direitos ao trabalhador, tal como férias, auxílios previdenciários, salários compatíveis, condições de trabalho adequadas. Além disso, o Estado socialista deveria reduzir as disparidades de renda, bem como investir em educação e serviços públicos. O socialismo europeu não entende que o capitalismo deva ser derrubado, e sim, reformado através da ação do Estado socialista, de modo a melhorar a condição operária. Para chegarem ao poder, os operários socialistas entendiam a necessidade de participar ativamente das instituições políticas do Estado liberal (formar partidos políticos, disputar eleições, votar, eleger representantes socialistas). Defendiam então a idéia de que somente participando da política, e elegendo seus representantes, seria possível uma transformação gradual do Estado liberal em socialista.*

** Os anarquistas, por sua vez, entendiam que toda autoridade deveria ser rejeitada, em busca de uma sociedade auto-gestionária (na qual não há coerção e poder, vivendo todos em liberdade). Os sindicatos anarquistas defendiam a luta operária não pela melhoria das condições de trabalho, mas para a derrubada do Estado, a eliminação do poder das oligarquias e grupos dirigentes, e dissolução da propriedade privada e do mercado. Em suma, são grupos que não aceitam colaborar com a ordem vigente, e entendem que os operários só alcançarão sua liberdade quando toda a propriedade e o Estado forem destruídos. A idéia de auto-gestão demonstra que o anarquismo rejeita o contratualismo (no qual o Estado é necessário ou para manter a ordem, ou para administrar a justiça). Entende, portanto, um ser humano racional e inerentemente bom, no qual sua virtude só há de ser ampliada na medida em que mais livre esteja.*

3) A organização operária no Brasil

2.1. *A Voz do Povo* e o Centro do Partido Operário (1890)

* No jornal “*A Voz do Povo*” duas lideranças se destacaram: o operário tipógrafo Luís da França e Silva e o tenente José Augusto Vinhaes.

* O Centro do Partido Operário foi fundado por Vinhaes em 1890, e tinha uma proposta colaboracionista, ou seja, de estabelecer diálogo com as lideranças patronais para a melhoria em conjunto das condições operárias.

* Vinhaes foi eleito Constituinte em 1890. Conseguiu, com apoio de ampla mobilização operária, modificar dois artigos do Código Penal que criminalizavam as greves de trabalhadores.

* Vinhaes liderou a greve dos trabalhadores ferroviários durante a tentativa de golpe pelo Marechal Deodoro da Fonseca (1890). A greve foi um elemento importante para o fracasso da tentativa de golpe.

* As vitórias do Centro do Partido Operário foram pequenas. Além das tendências autoritárias de Vinhaes, que enfraqueceram o movimento, os patrões conseguiram recuperar grande parte do terreno perdido. Em 1904, o governo Rodrigues Alves transforma novamente as greves em crime.

2.2. *Gazeta Operária* (1902)

* O jornal *Gazeta Operária* foi o centro de um movimento de caráter socialista, concentrado no objetivo de incentivar a criação de leis favoráveis à melhoria das condições de vida do trabalhador (direito de greve, saúde e educação públicas, regulamentação do trabalho feminino e infantil, controle de preços dos alimentos, etc)

* Durante a Revolta da Vacina, os socialistas da *Gazeta Operária* lutaram ao lado da população pobre do Rio de Janeiro.

* As conquistas que fizeram os socialistas no início do século XX no Brasil foram muito pequenas, contudo.

2.3. O I Congresso Operário do Rio de Janeiro e o Anarquismo (1906)

* O anarquismo torna-se a principal referência do movimento operário no Brasil após 1906, com o I Congresso Operário do Rio de Janeiro.

* A vertente anarquista no Brasil era a anarco-sindicalista. Nela, os sindicatos livres são vistos como o principal instrumento na construção de uma nova sociedade.

* Eram contra a participação dos operários em partidos políticos, e mesmo a fundação de partidos operários para disputar eleições. Eram assim avessos à participação no “jogo político liberal”. Sua estratégia de atuação era através da “ação direta”, que compreendia a participação de cada operário na luta política. Rejeitavam, assim, a noção de representação (ou seja, o cidadão votando para eleger um representante, que fará política em nome do cidadão).

* A ideia de ação direta pressupõe a política através do diálogo, do debate, do protesto e da ação violenta, tudo em prol da criação de uma sociedade anarquista.

* Eram avessos também à ideia de centralização. Os sindicatos deveriam agir livres, sem centrais sindicais ou subordinação a órgãos “de cúpula”. Cada sindicato deveria fazer a sua parte, e por si, com completa autonomia.

* Os sindicatos seriam, para os anarco-sindicalistas, o centro de sociedade do futuro. Esta sociedade que pretendiam construir não teria Estado (e portanto, nenhum de seus mecanismos de controle sobre o cidadão), nem competição econômica e nenhuma forma de poder de um homem sobre o outro.

* Até aqui esta parece ser mais uma reação à modernidade, tal como vimos com as “rebeliões na República Velha”. Contudo, se os “rebeldes primitivos” pretendiam combater o mundo moderno através de uma reação anti-moderna (ou seja, resgatando modos de vida e visões de mundo tradicionais, tal como os “12 pares de França” do Beato José Maria), o anarquismo é parte da modernidade. Sua proposta para combater o Estado e o Capitalismo é a criação de uma nova sociedade na qual os principais valores sejam a justiça, a beleza, a moral e sobretudo a razão. Ou seja, os anarquistas condenam o capitalismo como algo “irracional”, e o anarquismo como uma expressão da racionalidade humana.

** Vemos, assim que no “universo mental” da maioria dos trabalhadores urbanos, que não eram militantes e sim “expectadores” das lutas políticas entre sindicatos e patrões, as idéias anarquistas entravam em choque com seus valores tradicionais, calcados sobretudo no paternalismo e na cultura popular. Logo, se participavam das greves e movimentos anarquistas, era em busca de vantagens imediatas, tais como aumentos salariais, e não em prol da construção de uma nova sociedade.*

3) A I Guerra e a Revolução Russa no movimento operário brasileiro

3.1. Nacionalismo vs. Internacionalismo no Brasil

** Com a Primeira Guerra Mundial, acirra-se o nacionalismo militarista no Brasil. Olavo Bilac e a Liga de Defesa Nacional exacerbam o discurso nacionalista. Com isso, abre-se espaço para a xenofobia.*

** Os anarquistas têm uma clara visão internacionalista: não reconhecem que as diferenças entre nações sejam significativas, e sim, as diferenças entre classes sociais.*

** O clima então é desfavorável aos anarquistas. São perseguidos, considerados como “agitadores estrangeiros”. Isso se deve ao fato de serem vistos como “importadores” de uma doutrina “estrangeira”, e ao fato de que boa parte das lideranças sindicais anarquistas serem de imigrantes.*

** A Greve Geral de 1917, iniciada após o assassinato do militante anarquista Antônio Martinez, levou a luta operária a um nível nacional.*

** Contudo, seus ganhos não foram grandes.*

3.2. A vitória do comunismo na Rússia

** Em outubro de 1917, o partido bolchevique chegava ao poder na Rússia, com um programa político inspirado nas teorias de Marx e Engels. O leninismo (conjunto de teorias elaboradas por Lênin) previa que a revolução operária só seria possível através da ação de um partido ultra-centralizado, com uma liderança férrea, que deveria conquistar o controle do Estado e com ele, transformado em “ditadura do proletariado”, promover o confisco da propriedade privada dos meios de produção.*

** Ora, sabemos que o anarquismo era contra qualquer forma de poder, de centralização, de ditadura e de Estado (mesmo que os operários estivessem no controle).*

** Entretanto, até aquele momento, eram os comunistas russos que deram provas de serem capazes de chegar ao poder e começar a construção da sociedade sem classes que almejavam, e não os anarquistas brasileiros.*

** Com isso, o anarquismo começa a perder adeptos e legitimidade ao redor do mundo.*

3.3. O Comunismo e a Legislação Trabalhista no Brasil

** Temendo a revolução, a Câmara dos Deputados criou a Comissão de Legislação Social (1918), com o intuito de criar leis para a proteção dos trabalhadores, o que incluía férias remuneradas e compensações por acidentes de trabalho.*

** Logicamente, a idéia era mostrar um Estado “solícito” com os trabalhadores, de modo que fosse reduzida a insatisfação e a propensão à revolução.*

** A maioria dos trabalhadores, como sabemos, buscava vantagens imediatas, e não a construção de uma nova sociedade. Com isso, a adesão à nova legislação foi hegemônica, e a luta ao lado dos anarquistas cada vez menos relevante.*

3.4. A criação do Partido Comunista do Brasil (1922)

** A partir de um núcleo de ex-anarquistas, outrora militantes nos sindicatos e na imprensa, é fundado o Partido Comunista do Brasil (PCB).*

** Sua estratégia era a de participar no jogo político liberal e ao mesmo tempo empreender ações ilegais com a finalidade de conduzir o Brasil aos caminhos trilhados pelos bolcheviques na Rússia. Inaugurava-se, então, uma nova etapa no movimento operário brasileiro.*